



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1016870-02.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Requerente: **Adriano Gomes Jardim**
 Requerido: **Fabio Ricardo Peixoto**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

ADRIANO GOMES JARDIM ajuizou ação (nominada de) **ORDINÁRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL c/c REINTEGRAÇÃO DE POSSE E AÇÃO INDENIZATÓRIA** contra **FABIO RICARDO PEIXOTO**, alegando, em resumo, que firmou contrato verbal de cessão de direitos e utilização de veículo com o requerido. Aduz que é depositário do bem e que o último não vem cumprindo com os termos contratuais, ficando inadimplente e passando, ainda, a cometer inúmeras infrações de trânsito, cuja punição administrativa diretamente lhe atingiram. Pleiteia, assim, a rescisão do contrato verbal, a restituição do referido veículo, bem como, a condenação do acionado à indenização por danos materiais, na ordem de R\$ 6.600,00, e danos morais, no montante de R\$ 10.000,00.

Citado, o requerido apresentou contestação, rebatendo a pretensão inicial, negando a aquisição do veículo, declarando que cometeu apenas uma infração, razão pela qual não há que se falar em rescisão contratual nem em reintegração de posse do referido bem. Sustentando má-fé



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

por parte do demandante, rebateu a existência de danos materiais ou morais a serem indenizados.

Foi realizada a audiência de instrução e julgamento, com a produção da prova oral requerida, abrindo-se oportunidade às partes para apresentação de suas alegações finais.

É o relatório.

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor postula a rescisão de contrato verbal firmado com o requerido, referente a cessão de direitos e utilização do veículo MARCA CHEVROLET, MODELOS S10, placas EVS 6554, bem como, a reintegração da posse do referido bem e indenização por danos materiais e morais.

O pedido inicial deve ser julgado improcedente.

Argumenta o autor que as partes entabularam acordo verbal para cessão de direitos e utilização, em prol do requerido, do veículo automotor acima referido. Afirma que o último assumiu o pagamento das parcelas do financiamento, mas que, mesmo já estando em posse do referido bem, não registrou a respectiva propriedade e, não bastasse isso, passou a cometer inúmeras infrações de trânsito, as quais, contudo, vieram em nome do demandante, causando-lhe prejuízos, dentre eles, suspensão de sua carteira de habilitação (CNH).

O art. 1.196 do Código Civil assim enuncia:

"Art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade."

O requerido confirma, em seu depoimento pessoal, que o veículo em questão foi, de fato, objeto de acordo entre as partes, afirmando, no entanto, que sua aquisição consolidar-se-ia pela troca de um outro veículo, este de sua propriedade, mas que, todavia, não ficou com o primeiro bem. Conclui-se, assim, que tal transação informal, não ocorrera.

A ausência de efetivação do negócio informado fica demonstrada, também, pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

teor da defesa apresentada na esfera administrativa, junto ao DETRAN (págs. 25/32), datada de 05.07.2016, onde há menção, pelo próprio autor, de que o veículo era de sua propriedade e que o requerido era apenas seu condutor, já que, na ocasião, o teria emprestado para "levar alguns móveis da casa de sua irmã até sua própria casa" (pág. 30).

Não restou demonstrado, assim, o acordo mencionado na inicial, nem a posse e tão pouco a propriedade do veículo com relação ao requerido, ônus probatório que competia ao autor.

Presume-se, assim, tenha ocorrido, no caso, mera detenção, situação esta que não dá ensejo à pretensão inicial do autor, notadamente com relação à rescisão contratual e à reintegração de posse.

Em precedentes, ora invocados como razão de decidir, se estabeleceu:

"APELAÇÃO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. INDENIZATÓRIA – Compra e venda de bem móvel – Veículo alegadamente vendido pela autora a terceiro, que o teria alienado ao réu – Suposta não regularização do registro da titularidade do bem – Sentença de improcedência – REVELIA – Aplicação dos efeitos da revelia que só ocorre diante da comprovação mínima do quanto alegado – Não há sequer prova de que a apelante foi efetivamente proprietária do veículo ou que este ainda está em seu nome – Não comprovada a comunicação da suposta venda do bem a terceiro, o que faria com que, de todo modo, fosse responsável solidária pelas penalidades atreladas ao veículo até comunicação ao órgão de trânsito – Inteligência do artigo 134 do CTB – Ausente, ademais, demonstração da alegada venda do veículo ao requerido, de maneira que não há como condená-lo à realização da transferência do registro da titularidade do bem, tampouco ao pagamento de indenização por danos morais – Requerente que não se desincumbiu do ônus que lhe cabia – Negado provimento. " (TJSP; Apelação 1002118-17.2015.8.26.0224; Relator (a): Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 38ª Câmara Extraordinária de Direito Privado; Foro de Guarulhos - 9ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/11/2017; Data de Registro: 13/11/2017)

"Compra e venda de veículo. Rescisão de contrato c.c reintegração de posse. Alegação de que o réu deixou de transferir para o seu nome o veículo adquirido do autor, o que ensejou a aplicação de multas e negativação do nome do requerente. Ação julgada improcedente com relação ao pedido de revisão contratual. Extinta a ação com relação ao pedido de reintegração de posse. Apelação. Renovação dos argumentos iniciais. Falta de comprovação da conduta ilícita atribuída ao réu. Veículo já vendido a terceiro que ajuizou ação em face do autor para o fim de obter a documentação do veículo. Autor que não cumpriu com o Ônus de provar o fato constitutivo de seu direito. Sentença mantida. Recurso improvido. " (TJSP;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Apelação 0045615-93.2011.8.26.0562; Relator (a): Francisco Occhiuto Júnior; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santos - 5ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 12/05/2016; Data de Registro: 13/05/2016)

"APELAÇÃO DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO VERBAL OBRAS DE REFORMA AÇÃO DECLARATÓRIA COM VISTAS À RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS, CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS RÉU QUE INGRESSOU COM RECONVENÇÃO PARA PAGAMENTO DE VALORES QUE ALEGA DEVIDOS SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DAS AÇÕES.

...

4. RESSARCIMENTO DE VALORES E DANOS MORAIS - Argumentos que não convencem - Autora que não logrou apresentar prova capaz de conferir verossimilhança e plausibilidade ao fato alegado, não se desincumbindo do encargo que lhe competia - Art. 373, I, do Código de Processo Civil (art. 333, I do CPC/73) - Circunstâncias fáticas que, por si só, não caracterizam um dano indenizável - Dano moral não configurado. SENTENÇA MANTIDA - RECURSOS DESPROVIDOS." (Apelação nº 0015647-30.2012.8.26.0482, 37ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Des.Sergio Gomes, DJ: 06/12/2016).

"APELAÇÃO - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - CONTRATO VERBAL DE PERMUTA - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - DESCABIMENTO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR DE DEMONSTRAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEU DIREITO - INTELIGÊNCIA DO ART. 373, I, DO NOVO CPC - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO CONTRATO - PROVA TESTEMUNHAL QUE APONTA A INOCORRÊNCIA DE PERMUTA ENTRE AS PARTES - RECURSO DESPROVIDO." (Apelação nº 1000995-53.2015.8.26.0007, 28ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Des. Cesar Luiz de Almeida, DJ: 09/08/2016)

Convém salientar que a testemunha João Paulo Lopes da Silva afirmou que nunca viu o requerido com o veículo em questão e, em que pese ter declarado que ouviu uma conversa entre as partes relacionada a um financiamento, não soube nem pelo demandante que tal bem já estivera em posse do acionado.

Registre-se que as infrações constantes dos documentos de págs. 19/24 referem-se a outro veículo, qual seja, GM/CORSA SEDAN, placas DGI3737, e que é estranho, portanto, a estes autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, também não há que se falar em indenização por danos materiais ou morais.

Em suma, o pedido inicial deve ser rejeitado.

Isso posto, **JULGO IMPROCEDENTE** este ação movida por **ADRIANO GOMES JARDIM** contra **FABIO RICARDO PEIXOTO**, rejeitando o pedido inicial. Sucumbente, o autor-vencido responderá pelas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação, cuja cobrança far-se-á na forma prevista no artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

Araraquara, 31 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**